

PAINEL CIENTÍFICO DE ACONSELHAMENTO - PROGRAMA ARPA

Ata da 1ª Reunião do Painel Científico de Aconselhamento

Data: 13/03/2015

Local: Ministério do Meio Ambiente – Anexo – SEPN 505 – Bloco B – Sala S1/S2

Horário: 9h40 às 17h

Número total de participantes: 09

Número de membros institucionais: 05

Número de membros do Painel: 04

Listagem completa de participantes: em anexo

Pauta do dia:

1. ARPA – Fase III
2. Plano de Trabalho 2015
3. Cronograma de reuniões
4. Apoio aos processos de criação – ICMBio

Anotadas as presenças de 04 membros do Painel Científico de Aconselhamento (PCA), Marcos Amend, Mary Allegretti, Eduardo Venticinque e Maria Auxiliadora Drumond, e de 05 membros da Unidade de Coordenação do Programa - UCP, Thiago Barros, Marco Bueno, Renata Gatti e Luciana Lima, o Diretor Sergio Henrique Collaço de Carvalho dá início aos trabalhos às 9:40 h da manhã, declara aberta a reunião e solicita aos presentes que façam suas apresentações.

Após as apresentações, Sergio Collaço tratou das alterações ocorridas no Programa e, sucintamente, discriminou as mudanças no Departamento de Áreas Protegidas, como a falta de Gerente por alguns meses quando de sua nomeação ao cargo de Diretor. Enfatizou ainda que agora todos os que estão no Programa são servidores da casa e que está havendo o alinhamento entre as duas gerências para desenvolvimento das atividades. Ressaltou a urgência para avaliação das propostas enviadas pelo ICMBio para criação de novas unidades de conservação (UC) e as futuras demandas de criação e adesão de UCs para avaliação do PCA. Sergio Collaço mencionou a realização das próximas reuniões do Comitê do Programa e do Comitê do Fundo de Transição, previstas para a semana de 13 a 18 de abril, com possibilidade de transferência de local para Manaus/AM. O Sr. Eduardo Venticinque perguntou sobre a participação das UCs estaduais ao que Sergio Collaço respondeu que há POAs vigentes para apoio a processos de criação de UCs Estaduais, mas que novas consultas serão feitas quanto à real intenção de criação de UCs. Sobre as mudanças ocorridas, a Sra. Mary Allegretti perguntou se tinham sido de cunho institucional

ou político. Sergio Collaço respondeu que foram institucionais, mas que já estavam sendo resolvidos. Sergio Collaço desculpou-se mas teve que sair para reunião com a Ministra e passou a palavra para o Sr. Thiago Barros.

Seguindo a reunião, apresentou-se a pauta, a qual teve sua ordem alterada, passando a ser a apresentação do ARPA – Fase III, seguida pelo Apoio aos processos de criação – ICMBio e, por último, o Plano de Trabalho 2015 e o Cronograma de reuniões.

ARPA – Fase III

Thiago Barros começou apresentando a nova modelagem financeira feita para a terceira fase do ARPA e que preencherá as lacunas de financiamento necessárias. Explicou que o Brasil, em 25 anos, deverá suprir todos os custos de financiamento necessários às UCs do ARPA sem a necessidade de doações adicionais. E explicou sobre a criação do CFT. Sobre o aumento dos recursos governamentais, Marcos Amend perguntou como estavam as negociações para o aporte de recursos. Thiago Barros respondeu que o ICMBio já conseguiu um adicional de 20% para esse ano mas que faltava mobilizar os estados para o cumprimento deste objetivo. A Sra. Mary Allegretti perguntou se o FAP fará parte do Fundo de Transição (FT). Thiago Barros respondeu que sim e que isso faz parte da nova estratégia de investimento. Marcos Amend questionou sobre o quantitativo de pessoal nas UCs ao que foi respondido que as de grau I devem ter 2 servidores e as de grau II, 5 servidores e que, sendo esse um dos marcos referenciais, serão sempre revisados pelos doadores. A Sra. Mary Allegretti perguntou sobre quem eram os doadores, o maior doador, manifestou aprovação quanto a adesão de doadores privados. Thiago Barros comentou sobre as outras reuniões de comitês do ARPA e sanou algumas dúvidas pontuais.

Sobre o MOP, Thiago Barros afirmou que houve mudanças relativas à Fase III, como a lista de equipamentos (suas especificações padrão acordadas com o FUNBIO), a apresentação de resultados ao CFT, a correlação direta entre atividades e marcos referenciais, entre outras. Marcos Amend perguntou sobre o número de UCs que estão no Programa, ao que se respondeu serem 88 na Fase II e 07 na Fase III, 95 no total.

Sobre os valores aportados para as UCs da Fase III, Eduardo Venticinque perguntou sobre os valores iguais para UCs com características tão diferentes. Renata Gatti respondeu que é porque ambas entraram já na fase de manutenção e que outras receberam mais pois ainda não se consolidaram. Marcos Amend preocupou-se com a competitividade por recursos quando mais UCs entrarem na Fase III. Thiago Barros respondeu que, nesse estágio, a maioria das UCs precisará de recursos somente para manutenção e que as doações já estarão integralizadas.

A Sra. Mary Allegretti perguntou sobre os critérios de entrada na Fase III. Thiago Barros respondeu que entraram as que já estavam consolidadas e as que estavam muito próximas da consolidação e que, no fim do ano, deverá ser submetido ao CFT uma nova rodada de adesão e a discussão da inclusão de outras atividades a serem financiadas. A Sra. Mary Allegretti disse que essa decisão sobre as atividades não deveria ser exclusivamente

do CFT mas que deveria ser institucional pois não poderiam ser contempladas atividades para uma categoria e não para a outra. Thiago Barros lembrou que na terceira fase a alocação de recursos tem que ser autorizada pelo CFT.

Quando Thiago Barros mencionou o Plano de Consolidação, Marcos Amend disse que deveria haver uma interlocução entre os gestores para compartilhar experiências e percepções. Thiago Barros disse que essa troca era feita nas reuniões do Conselho de Gestores. A Sra. Mary Allegretti lembrou que antigamente a FAUC era feita em oficinas, conjuntamente e aventou a possibilidade de retomada deste procedimento.

A Sra. Mary Allegretti lembrou que não foi a falta de recursos que causou a desaceleração dos gastos do ARPA. Perguntou então o que motivou a negociação da Fase III. Thiago Barros respondeu que foi a sustentabilidade financeira já que os recursos estavam escasseando e o governo ainda não está preparado para custear todas as despesas das UCs. Ainda sobre o MOP, a Sra. Mary Allegretti perguntou se estava no *site* e disse que o PCA deveria ter sido consultado para aprovação. Thiago Barros disse que o MOP poderia ser revisado e que eles poderiam enviar sugestões.

Foram então apresentadas as condições de desembolso e enfatizados os vários relatórios necessários. Perguntou-se sobre o monitoramento da biodiversidade. O Sr. Eduardo Venticinque falou que seria mais relevante ter poucas ações de monitoramento mas com duração maior do que todas as UCs terem essa ação. Thiago Barros comentou que isso é uma das condições de desembolso que será aferida periodicamente.

A Sra. Mary Allegretti perguntou se o ARPA parará nos 60 milhões de hectares. Thiago Barros respondeu que há espaço para criação e adesão além disso. Marco Bueno lembrou que o ARPA representa cerca de 1/3 das UCs da Amazônia, 40% do SNUC. Com relação às novas UCs para o ARPA, Mary Allegretti enfatizou que o ARPA se propunha a encontrar maneiras e solucionar conflitos existentes. Era um compromisso do Programa. Deveria se usar o ARPA também para fomentar discussões sobre a política de pagamentos por serviços ambientais. O Sr. Marcos Amend lembrou que os custos com proteção devem aumentar pois os conflitos devem aumentar nos próximos 25 anos. A Sra. Mary Allegretti afirmou que as UCs têm que ter um papel dinâmico no processo econômico e social da região, deixando de ser apenas uma barreira contra o desmatamento.

O Sr. Eduardo Venticinque perguntou se há uma plataforma de divulgação dos dados de monitoramento. Marco Bueno respondeu que a UCP está trabalhando junto ao ICMBio para construí-la. O Sr. Eduardo Venticinque disse que isso deveria estar no *site* do ARPA. Thiago Barros disse que poderíamos disponibilizar pelo menos os relatórios. Ainda sobre o monitoramento, o PCA gostaria de ter mais detalhes e pediram para ver a possibilidade de uma reunião.

Marcos Amend perguntou sobre a possibilidade de editais voltados para inovação. Marco Bueno disse que geralmente as novas ideias são apresentadas no componente de gestão integrada e Thiago Barros lembrou que essas inovações são muito bem recebidas pelos doadores.

Apoio aos processos de criação – ICMBio

Antes de encerrar os trabalhos da manhã, Thiago Barros passou os critérios de seleção das propostas que seriam analisadas à tarde. Explicou que essa é uma primeira rodada mas que o PCA deverá ser convocado em outras oportunidades. Fica o registro de que o PCA acha que não devem contar para a meta de criação do ARPA as UCs que não forem elegíveis pelo ARPA ao final do processo. Marcos Amend acha que não haverá tempo hábil para a criação dessas UCs até 05 de junho.

Sobre as propostas, a Sra. Mary Allegretti ressaltou a necessidade de se incluir várias outras informações, como dados sócio econômicos, sobreposições, conflitos, se já está na lista de demandas apresentadas para serem criadas no âmbito do ARPA (ex. Jauaperi), mapas melhores, com diferentes camadas, e outros.

Quanto às propostas recebidas, todas foram aprovadas. No entanto, algumas considerações foram feitas:

- _ que a área da UC preserve as ocupações já existentes, para que possam continuar morando e produzindo na região, o que minimizaria conflitos;
- _ propor a divisão das UCs em áreas acima e abaixo da Transamazônica, deixando um *buffer* de cerca de 20 km (a decidir) de cada lado.

Quanto às futuras propostas, complementando o afirmado acima, pediu-se para considerar o acréscimo de base de dados maior, planilhas com as características de todas as áreas pleiteadas e de seu entorno, municípios afetados, terras indígenas, comunidades tradicionais, e outras informações relevantes.

Plano de Trabalho 2015

Para introduzir o tópico Plano de Trabalho, Thiago Barros apresentou as funções do PCA discriminadas no MOP as quais devem ser trabalhadas ao longo dos anos. Quanto ao item “Analisar e sugerir melhorias ao processo de planejamento, execução e monitoramento do Programa”, Thiago Barros mencionou que poderia ser bastante válido se o PCA se envolvesse na verificação dos protocolos.

Cronograma

A Sra. Mary Allegretti afirmou que para ter uma ideia de como serão as próximas reuniões, eles precisam ter o novo desenho de apresentação das propostas pois, dependendo de como seja, basta consulta por mensagem eletrônica. Quanto à reunião de abril, junto com o CP e CFT, eles manifestaram-se a favor mas não sabem quanto tempo cada um poderá se dedicar a isso.

Quando se comentou sobre outras possíveis reuniões, a Sra. Mary Allegretti lembrou que são membros consultivos, consultores *ad hoc*, mas que não estão inseridos diretamente no ARPA e aventou a possibilidade de receberem um *pro labore* por participação nas reuniões, além do pagamento por todas as despesas. Caso não seja possível, teriam como participar de duas reuniões, no máximo. Solicitou-se à UCP,

portanto, que indicasse aos membros a atuação esperada do PCA, de maneira a permitir o dimensionamento das atividades para o ano de 2015, e em consequência a aprovação de um cronograma de reuniões.

Comentários adicionais

Encerrada a pauta, o PCA indicou que o monitoramento da biodiversidade não deveria começar agora, mas sim quando da conclusão do 1º ciclo de coleta de dados. O Sr. Marcos Amend sugeriu que em futuras reuniões pudessem ser convocadas outras pessoas para o debate. O site do ARPA foi elogiado e foi comentado que outras ações de divulgação deveriam ser feitas como, por exemplo, aproveitar a ocasião de entrada da centésima UC para o ARPA e fazer um grande evento, inclusive com confecção de livros e artigos científicos, mostrando a trajetória, os desafios e lições aprendidas com o Programa, voltados não só para a academia mas para as populações diretamente envolvidas.

DELIBERAÇÃO
Foram aprovadas as cinco propostas apresentadas pelo ICMBio para apoio do Arpa à criação de Unidades de Conservação, sendo elas as Glebas Juqui/Sepoti/M2, Glebas Acari, Glebas Manicorezinho/Aripuanã/Pombal, Glebas Mari-Mari/Sucunduri/Biuçu/Piraquara e Glebas Guariba/Monte Cristo.

Brasília, 13 de março de 2015.

Membros do PCA

Eduardo Venticinque

Marcos Amend

Maria Auxiliadora Drumond

Mary Allegretti

Membros da UCP

Luciana Lima

Marco Bueno

Renata Gatti

Thiago Barros

Sergio Henrique Collaço de Carvalho